

DIREITO AMBIENTAL: o ecocídio e os mecanismos de solução de controvérsias ambientais internacionais.

Rayllane Karolaine Morais Cota¹
Alexsandrina Ramos de Carvalho Souza²

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o direito ambiental, especificamente quanto ao ecocídio e os mecanismos de solução de controvérsias internacionais, considerando o ordenamento jurídico pátrio, as convenções e tratados internacionais, bem como os princípios de direito internacional. Neste intento as questões problemas que orientam a pesquisa são as seguintes: em que medida poderão ser avocados os mecanismos internacionais de solução de controvérsias, como forma de proteção ambiental? De que forma poderiam ser responsabilizados os agentes causadores de danos ambientais pelo crime de ecocídio no Tribunal Penal Internacional (TPI)? Busca-se constatar se os órgãos internacionais poderão atuar eficazmente para garantir a preservação da biodiversidade, e se a dificuldade em internacionalização dos direitos de terceira dimensão poderá ser superada por meio da conjugação de valores. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica com utilização de artigos, leis, convenções e princípios. O estudo será complementado por pesquisa documental, valendo-se das declarações de conferências internacionais e de dados disponíveis em bancos nacionais. Conclui-se que o TPI, por ora, não possui competência para julgar o crime de ecocídio, no entanto, a Corte Interamericana demonstra-se como mecanismo internacional apto a solucionar as controvérsias internacionais ambientais, bem assim como meio de buscar a reparação civil dos danos causados pelos agentes degradadores.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; direitos transnacionais; ecocídio; proteção; conjugação de valores.

ABSTRACT

The present work deals with environmental law, specifically on ecocidia and international dispute settlement mechanisms, considering the national legal order, international conventions and treaties, as well as the principles of international law. In this attempt the problems that guide the research are as follows: to what extent can international dispute settlement mechanisms be avocados, as a form of environmental protection? How could environmental damage officers be held responsible for the crime of ecocidium at the International Criminal Court (ICC)? It seeks to verify whether international bodies can act effectively to ensure the preservation of biodiversity, and whether the difficulty in internationalization of third-dimensional rights can be overcome through the combination of values. As a methodological procedure, bibliographic research was used using articles, laws, conventions and principles. The study will be complemented by documentary research, using the statements of international conferences and data available in national banks. It is concluded that the ICC, for now, does not have jurisdiction to

1 Advogada e graduada em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

2 Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Unisinos/RS. Mestrado em Direito Público pela Universidade FUMEC-BH. Pós-graduada *lato sensu* em Direito Penal e Processual Penal. Professora da graduação e pós-graduação da Fadivale. Advogada.

judge the crime of ecocide, however, the Inter-American Court demonstrates itself as an international mechanism capable of resolving international environmental disputes, as well as a means of seeking civil redress for the damage caused by degrading agents.

KEYWORDS: environment; transnationalrights; ecocide; protection; conjugationofvalues.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2ASPECTOS GERAIS SOBRE DIREITO AMBIENTAL. 3 O DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL. 3.1DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL.4 CONCEITO DE ECOCÍDIO. 5 DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO. 5.1 DOS DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL. 6 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.6.1 ORIGEM HISTÓRICA. 6. 2 COMPETÊNCIA. 7 DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS AMBIENTAIS INTERNACIONAIS.8 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto versará sobre o Direito Ambiental, tendo como delimitação a possibilidade de reconhecimento do ecocídio como o quinto crime de competência do TPI e as formas de solução das controvérsias ambientaisinternacionais.

O interesse pela pesquisa, sem pretensão de esgotar o tema, residiu no empenho de buscar maiores embasamentos nessa área, entendendo que é clara anecessidade de adequação da comunidade internacional na promoção do reconhecimento dos novos direitos, sob um aspecto de proteção a sadia qualidade de vida, utilizando-se, caso necessário, de meios repressivos para tutela dos bens difusos, levando por base a transnacionalidade dos efeitos das intervenções humanas,quando da tomada de decisões por referida comunidade.

Nesse sentido, a formulação do problema é a seguinte: em que medida poderão ser avocados os mecanismos internacionais de solução de controvérsias, como forma de proteçãoambiental?

Além disso, de que forma poderiam ser responsabilizados os agentes causadores de danos ambientais pelo crime de ecocídio no TPI?

Desta forma, o estudo trabalha com a hipótese de que a utilização de mecanismos internacionais como forma de solução das controvérsias existentes em matéria ambiental, demonstra-se como método extremamente jovem, necessitando de maiores aprofundamentos dos atores internacionais. A solução encontrada, em alguns casos, para submissão da matéria à cortes internacionais, tem sido por meio

da conjugação de direitos individuais ou coletivos com os direitos transindividuais, de forma a trazer à baila a discussão.

Nessa conjectura, surgiu-se a ideia da possibilidade de responsabilização dos autores das intervenções ambientais pelo Tribunal Penal Internacional, todavia, conquanto seja defendido pelos ambientalistas que o crime de ecocídio subsume-se aos crimes contra a humanidade, ainda não há o abarcamento daquele delito na competência do Tribunal.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender em que medida poderão ser utilizados os mecanismos internacionais de solução de controvérsias, como forma de proteção ambiental, bem como entender de que forma poderiam ser responsabilizados os agentes causadores de danos ambientais pelo crime de ecocídio no TPI.

O presente trabalho justifica-se, levando em conta que diante da globalização, do avanço econômico, e, a consequente necessidade da produção de bens e serviços em massa, diversos eventos se desencadearam, fazendo com que a ótica da humanidade se inclinasse para a biodiversidade.

Com o surgimento dos novos direitos, considerados coletivos, individuais e difusos, a um só tempo, os atores internacionais têm encontrado barreiras para a sua efetivação, isso porque ainda se encontra enraizado na sociedade mundial a ideia da existência de recursos infinitos. No entanto, apesar da necessidade de desenvolvimento humano, a natureza tem a cada dia mais demonstrado a finitude de seus suprimentos.

Diante deste contexto a presente pesquisa se justifica por entender o direito ambiental como transnacional, carecendo de maior proteção no âmbito internacional, visando assegurar à sadia qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Para garantir a segurança jurídica e a preservação dos recursos naturais, imperioso se faz valer-se de mecanismos de repressão internacionais, conferindo ao meio natural a importância que lhe é inerente e entendendo o seu caráter difuso, a fim de fomentar o desenvolvimento sustentável de todas as nações e a sua continuidade.

Como metodologia, utilizar-se-á de fonte indireta, valendo-se da pesquisa bibliográfica, leis, artigos e dissertações, bem como de fonte direta, através da pesquisa em bancos de dados disponíveis.

O trabalho está dividido em oito partes, que vão desde o conceito de direito ambiental até descrição dos mecanismos de soluções de controvérsias ambientais internacionais. Por fim, no capítulo sete serão apresentadas as considerações finais.

2 ASPECTOS GERIAS SOBRE DIREITO AMBIENTAL

Com o avanço da sociedade e as constantes intervenções do homem no ambiente natural, necessário se fez buscar uma forma de repressão às degradações desenfreadas, como método de preservação e proteção do ambiente para as presentes e futuras gerações.

Extraí-se como conceito de meio ambiente, toda a forma de interação física, química e/ou biológica entre seres vivos, interações estas capazes de nutrir e formarem o justo equilíbrio da natureza(RODRIGUES; LENZA, 2018).

Assim, evidencia-se, por extensão, que o conceito de meio ambiente não fica adstrito somente a seres vivos, mas também aos seres abióticos, sendo estes últimos o resultado da interação entre os seres vivos.

Porém, necessário se faz esclarecer que além dos seres vivos possuírem papel central na proteção do meio ambiente, alguns outros atores também ganharam com o tempo um importante papel na conceituação de meio ambiente, dentre eles, tem-se as comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades que possuam como diretrizes a prática de métodos ecológicos e de desenvolvimento sustentável, como forma de proteção à diversidade cultural, sendo, inclusive, reconhecido no Brasil por força Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, mais precisamente em seu art. 2º, XII.

Desta forma, o direito ambiental se caracteriza como o ramo que busca tutelar as intervenções humanas no ambiente natural, vislumbrando-o como bem pertencente a toda a sociedade.

Destaca-se, que a conscientização quanto a necessidade de tutela do direito ambiental, reconhecendo-o como direito fundamental de terceira dimensão, somente se deu após o processo de democratização, no fim do século XX.

Infere-se, assim, que o ramo do direito ambiental ainda é demasiadamente jovem com relação às demais searas jurídicas, necessitando de maior expansão por meio dos estudiosos para delimitação do seu objeto.

3 O DIREITO AMBIENTALINTERNACIONAL

É cediço que com o avanço da sociedade e o surgimento de várias complicações ambientais, tornou-se necessário a centralização da atenção do homem ao direito ambiental.

No cenário ambiental, mostrou-se indispensável a ocorrência de diversas catástrofes ambientais, muitas com repercussões transnacionais, para que as nações tomassem conta da importância inerente à proteção ambiental.

Justifica-se essa despreocupação no âmbito internacional, por demonstrar-se incompatível e, por vezes, mais custosa, aos preceitos do capitalismo, isso porque, usualmente, tem-se uma mão de obra mais cara e um abalo na produção em massa.

Todavia, diante dos abalos trazidos com a produção desenfreada de bens e serviços, sem qualquer substrato nas regras ambientais, o direito ambiental foi se alastrando e tornando-se tema central das negociações internacionais.

Alguns autores, como por exemplo, Hildebrando Accioly, defendem que o marco inicial do direito internacional ambiental se deu no ano de 1972, com a Conferência de Estocolmo, onde se criou a *Declaração das Nações Unidas sobre o meio ambiente*.

A partir desse momento, diversos tratados foram criados versando sobre a matéria ambiental, surgindo, então, a percepção dos atores internacionais quanto a necessidade de preservação do meio natural como forma de garantir a sadia qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

3.1 DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL

É manifesto que o direito ambiental se caracteriza como difuso, porquanto que não possui um titular específico, sendo indeterminado/indeterminável o número de pessoas e seres vivos englobados em sua égide.

Amparado na ideia de solidariedade, os “novos direitos”, reconhecidos como de terceira dimensão, possuem natureza individual, coletiva e difusa, ao mesmo tempo, ressaltando o seu caráter transnacional.

Extraí-se do significado de transnacional, a possibilidade da transposição de fronteiras, retirando-se o caráter específico de incidência e expandindo o leque de aplicação, tornando-se global.

É impossível quantificar qual o âmbito de incidência de um dano ambiental, assim, partindo-se da ideia do princípio da ubiquidade, faz-se forçoso concluir que um dano em determinada área pode atingir, ainda que pela via reflexa, outros ecossistemas que não, única e exclusivamente, se encontrem inseridos na mesma órbita geográfica.

Além disso, como de sua própria natureza, recaem sobre o pálio individual, coletivo e difuso. Individual porque pode atingir a pessoa dentro de sua individualidade, aqui considerado como os reflexos específicos na vida do homem, coletivo, por sua vez, pois o âmbito de incidência pode se dar em um grupo de pessoas ou indivíduos determinados, e, difuso, por transpassar as fronteiras do individual e coletivo, atingindo uma massa heterogênea.

Nesse sentido aponta Garcia (2010, p.14):

Uma vez que o fundamento e o valor guia dos direitos fundamentais de primeira geração é a liberdade, assim como o valor guia igualdade é o fundamento para os direitos de segunda geração econômico, social e cultural, os direitos de terceira geração têm como principal valor de referência e fundamento a contemporânea ideia de solidariedade, que deriva da moderna ideia de fraternidade.
fundamento moral da transnacionalização do direito seria então a solidariedade que, entendida em um sentido lato sensu exigirá a superação do sentimento de etnocentrismo, inerente à formação do Estado nacional moderno (típico do Estado imperialista-canalha na concepção de Danilo Zolo, Ernesto Garzón Valdés, Immanuel Wallerstein, Joaquín Herrera Flores e Jacques Deriva), ou seja, a ampliação da noção de sociedade e de nação e a inclusão do círculo do pronome nós aos que antes se considerava eles (na concepção de Jürgen Habermas).(sic.)

Entretanto, conquanto o meio natural tenha ganhado um maior enfoque no cenário internacional, ainda assim, dificilmente se visualiza meios repressivos aptos a combaterem as transgressões às regras de proteção, tornando-se, muitas vezes, um mecanismo de proteção ainda ineficiente.

Como forma de solução das controvérsias, evidencia-se a necessidade de socorrer-se à tribunais internacionais, valendo-se dos princípios inerentes ao direito internacional como meio de pacificação.

4 CONCEITO DE ECOCÍDIO

Define-se como ecocídio, a ação ou omissão capaz de lesar ou degradar em massa o meio ambiente, quer diretamente, quer indiretamente.

O ecocídio, se caracteriza pela destruição em massa de um ambiente ou ecossistema, de forma a impedir ou reduzir demasiadamente a possibilidade de sobrevivência de todos os seres vivos pertencentes aquele hábitat.

Polly Higgins (2010*apud* BATISTA, 2018, p. 26), por sua vez, define ecocídio como sendo: "perda ou dano ou destruição extensiva de um ou vários ecossistemas num determinado território, seja por ação humana ou por outras causas, de tal forma que o gozo pacífico pelos seus habitantes foi ou será severamente diminuído".

Analisando a origem da palavra, como forma de extrair-se um significado mais didático, verifica-se que o prefixo *cídio*, derivado do latim (*caedo*), significa matar ou eliminar, já o afixo *eco*, do grego *oikós*, sugere a noção de casa, meio ambiente e ecologia. Logo, extrai-se do sentido da palavra que ecocídio seria a eliminação do meio ambiente.

Segundo Muliterno e Stohrer (2018, p. 43), define-se como ecocídio:

O termo Ecocídio é usado para descrever danos ecológicos de grande extensão e com efeitos duradouros, levando em conta o número de pessoas e espécies (fauna e flora) finalmente afetadas. Engloba a devastação de grandes áreas de cobertura vegetal, e o seu impacto na vida das pessoas em termos sociais e econômicos, uma vez que dependendo a extensão do dano, é improvável ou mesmo impossível reverter as condições da área atingida.

Partindo do paradigma de Polly Higgins supramencionado, ter-se-ia como crime de ecocídio, destruir, eliminar ou danificar, área abrangida por um ou mais ecossistemas, de forma a impedir ou diminuir o gozo pacífico pelos seus habitantes.

Nesse viés, como forma de entendermos os mecanismos hábeis para coerção do crime, cumpre-nos trazer à lume a teoria da responsabilidade do Estado, o que fazemos a seguir.

5 DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO

É de amplo e notório conhecimento de toda a população mundial, que não só a comunidade possui o poder-dever de preservar o meio natural, mas também os Estados.

À guisa de tal importância, na declaração de princípios da Conferência Rio-92 sobre a biodiversidade, os Estados-partes daquela conferência assumiram diversos compromissos dentro do âmbito internacional, dentre eles, o dever de cada Estado assegurar que as atividades desenvolvidas na seara nacional não transpassem o limite de sua jurisdição, nem atinjam a outros Estados, conforme se extrai do princípio 2 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Assim, evidencia-se, que o Estado assume verdadeiro papel de garantidor da proteção ambiental, sendo seu dever fiscalizar e assegurar a não ocorrência de danos transnacionais.

Ressalte-se, que aludido dever, encontra-se consubstanciado, em âmbito nacional, na própria Constituição Federal, demonstrando a preocupação do constituinte originário com a guarda do meio ambiente, nesse sentido, dispõe o art. 225, “caput, *in verbis*:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações** (BRASIL, 2019b, p. 100, grifo nosso).

Neste âmbito, inobstante a responsabilidade do causador do dano, o Estado, como verdadeiro guardião do meio natural, avoca para si a responsabilidade em fiscalizar e coibir os danos ambientais.

Todavia, indaga-se, acerca da possibilidade de responsabilização do Estado ou de seu governante, pelo crime de ecocídio com base no seu dever de preservação e precaução.

Destaca-se, que tal discussão nunca esteve em tamanha evidência até agora, após ter como fio condutor as diversas catástrofes ambientais no Brasil e seus reflexos transfronteiriços.

Sendo assim, imperioso se faz, analisarmos todos os maiores desastres ambientais desta década no Brasil e a possibilidade de responsabilização da nação ou de seus governantes com base no dever de fiscalização e proteção, o que faremos a seguir.

5.1 DOS DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL

Segundo o jornal O Globo, no mês de agosto de 2019, houve um aumento de 196% das queimadas no bioma da Amazônia, em relação ao período anterior, contando com cerca de 30.901 focos ativos de queimadas.

A Amazônia, conhecida mundialmente como o “pulmão do mundo”, tem sido alvo de debate internacional, especialmente depois de diversas queimadas ocorridas no ano de 2019.

Tamanha foi a devastação, que a cidade de São Paulo amanheceu as “escuras” no dia 19/08/2019, após a transposição de partículas decorrentes das queimadas pelo vento. A partir desse momento, diversos ambientalistas se mobilizaram e requereram uma posição do Governo brasileiro. Como resposta, as forças armadas se dirigiram ao foco dos incêndios e deram início a tentativas de combate a onda de queimadas.

Com efeito, a Amazônia não foi o único evento no Brasil neste período. Em 25/01/2019 uma barragem da mineradora Vale do Rio Doce se rompeu na cidade de Brumadinho-MG, destruindo o leito do Rio Paraopeba e ocasionando a morte de cerca de 259 pessoas e mais 11 desaparecidos, segundo o Portal O Globo.

Este evento não foi o único no Estado de Minas Gerais, em 05/11/2015 uma barragem da mineradora Samarco se rompeu na região de Bento Rodrigues-MG. Na ocasião cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram despejados no leito do rio, conforme informações extraídas do Portal G1.

A extensão do desastre foi tamanha, que diversas cidades ficaram impossibilitadas de realizarem o processo de captação de água do Rio Doce, dentre elas, Governador Valadares-MG.

Atualmente, verifica-se um crescimento alarmante no número de queimadas no bioma do Pantanal, que encontra-se presente não somente no Brasil, mas, também, em países como a Bolívia e o Paraguai.

Segundo o Portal Folha, o bioma apresentou um aumento de cerca de 210% dos focos de queimadas, com relação ao mesmo período do ano anterior³.

Nesta toada, constata-se da análise dos quatro maiores desastres ambientais da década no Brasil, a destruição de um número significativo de ecossistemas, gerando, na mortandade de seres vivos bióticos eabióticos, bem como propiciando um aumento do número de gases que auxiliam o efeito estufa, acarretando, consequentemente, na elevação da temperatura.

Assim, verifica-se que o Brasil tem sido palco de grandes desastres ambientais, contudo, cumpre-nos analisar se nesses eventos danosos haveria a possibilidade de responsabilização do Estado no âmbito internacional, bem como se o TPI teria competência para julgar e processar os seus representantes, com base no critério da responsabilidade criminal individual.

6 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

6.1 ORIGEM HISTÓRICA

Com o Estatuto de Roma de 1998, criou-se o Tribunal Penal Internacional - TPI, órgão internacional responsável por processar e julgar crimes internacionais.

A criação do TPI fez-se necessária, diante da prática de diversos crimes, especialmente durante o período de guerra, em que os resultados transpassavam o campo da esfera nacional, abalando frontalmente direitos individuais e coletivos fundamentais.

Nota-se que o marco central do TPI, deu-se após a criação dos Tribunais Penais *ad hoc* de Nuremberg, de Tóquio, ex-Iugoslávia e de Ruanda e países vizinhos.

Ressalte-se, que diferentemente dos tribunais penais *ad hoc* outrora criados, o TPI cuida-se de tribunal permanente, com competência para julgar os crimes cometidos após a sua instalação e por ele elencados.

Assim, imperioso se faz analisarmos a competência do TPI, para um maior aprofundamento no tema, o que faremos a seguir.

³ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/setembro-tem-recorde-historico-de-queimadas-no-pantanal.shtml>. Acesso em: 12 out. 2020.

6.2 COMPETÊNCIA

Buscou-se, pois, a responsabilização dos sujeitos que praticassem crimes internacionais, como forma de reprimir a conduta, notadamente quando as regras de direito interno se demonstravam ineficientes.

Regido pelo princípio da complementariedade, disposto no art. 1º do Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional terá competência para processar e julgar os crimes contra a humanidade, quando as regras de direito interno forem incapazes ou insuficientes para a responsabilização daqueles agentes.

Destaca-se, ainda, como regra inerente ao TPI o princípio da legalidade(*nullum crimen, nulla poena sine lege*) e da não retroatividade em razão da pessoa.

Nessa toada, o tribunal somente terá competência para investigar e julgar os crimes previstos em seu estatuto, são eles, o crime de genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e o crime de agressão.

Diferentemente da responsabilidade civil indireta do Estado, que não necessita da existência de ilícito penal, o tribunal não busca a responsabilização do país propriamente dito, mas sim, do indivíduo responsável pela prática do crime, aplicando-se, inclusive, aos governantes, imputando-lhes uma conduta ilícita.

Assim, imperioso frisar, que a responsabilidade criminal individual insculpida no TPI, somente levará por base pessoas físicas, excluindo-se as pessoas jurídicas.

Ressalte-se, que os crimes de competência do tribunal são considerados imprescritíveis, ainda que as normas de direito interno assim não os considerem, conforme se extrai do art. 29, do Estatuto de Roma.

Imperioso destacar, consubstanciado no princípio do *ne bis in idem*, o tribunal não possuirá competência para julgar os indivíduos que já houverem sido condenados ou absolvidos pelos crimes que lhes forem imputados, garantindo assim a segurança jurídica dos julgados.

Todavia, ciente de que muitas vezes o julgamento do crime por outro tribunal ou órgão competente poderia ser feito com o fito de furtar o criminoso da imputação penal, o Estatuto prevê exceção à regra do *ne bis in idem*, que vale a pena transcrever, vejamos:

[...] 3. O Tribunal não poderá julgar uma pessoa que já tenha sido julgada por outro tribunal, por atos também punidos pelos artigos 6º, 7º ou 8º, a menos que o processo nesse outro tribunal:

1.a) Tenha tido por objetivo subtrair o acusado à sua responsabilidade criminal por crimes da competência do Tribunal;ou

1.b) Não tenha sido conduzido de forma independente ou imparcial, em conformidade com as garantias de um processo equitativo reconhecidas pelo direito internacional, ou tenha sido conduzido de uma maneira que, no caso concreto, se revele incompatível com a intenção de submeter a pessoa à ação da justiça. (BRASIL, 2002, p. 11)

Desse modo, evidencia-se, que ainda que o agente tenha sido julgado por outro tribunal, o TPI terá competência quando verificado que o julgamento foi conduzido de forma parcial ou com o objetivo de inimputar/escusar o agente da responsabilizaçãocriminal.

I) Da competência do TPI no Brasil

É cediço que diversos são os tratados internacionais em que o Brasil é parte, com o Estatuto de Roma não foi diferente, aprovado em 1998, o Estatuto somente foi assinado pelo Brasil em 07/02/2000, entrando em vigor no Brasil em01/09/2002.

Frise-se, que a submissão do Brasil ao TPI não se cinge apenas na competência para processar e julgar os crimes de competência daquele tribunal, mas também no dever de cooperação, consistente no auxílio nos inquéritos e procedimentos dos crimes da alçada doTPI.

II) Competência para os crimes de Ecocídio

Diante das enormes catástrofes ambientais decorrentes de intervenções do homem no meio natural, diversos ambientalistas irredimidos com a impunidade dos agentes que tanto destruíam o meio ambiente e saíam impunes, resolveram instar o TPI a reconhecer como quinto crime internacional, o crime de ecocídio.

Conquanto até hoje, não tenha sido alterado o dispositivo dos crimes de competência do tribunal, a Procuradoria do tribunal apresentou documento, denominado *Policy paper on case selection and prioritisation*, onde se incluía o ecocídio dentro dos crimes contra a humanidade.

Com efeito, embora ventilado essa hipótese pela Procuradoria do tribunal, o crime de ecocídio até os dias atuais não se encontra inserido dentro do Estatuto de Roma.

Desta forma, como forma de enfrentarmos o tema, analisaremos os eventos ocorridos no Brasil, a fim de verificarmos a possibilidade de sua responsabilização pelo crime de ecocídio.

III) Da responsabilidade do Brasil

Conforme exposto alhures, o Estado como sujeito internacional, possui diversos compromissos assumidos por meio de tratados, dentre eles temos os com enfoque na área ambiental.

Em várias conferências mundiais sobre a biodiversidade, o Brasil assumiu o compromisso de coibir e fiscalizar devastações ambientais, assumindo um papel de efetivador de políticas públicas para o combate aos danos ecológicos.

Com efeito, entender que tais incidentes se caracterizam como crime contra a humanidade, cuja competência para julgá-los detém o TPI, seria avançar demasiadamente, isso porque, dentro das Ciências Criminais, reina o princípio da legalidade, previsto, inclusive, no Estatuto de Roma, inexistindo norma que enquadre como tal o crime de ecocídio.

Outra barreira a ser enfrentada, relaciona-se com o sujeito ativo, o Tribunal Penal Internacional se incumba de responsabilizar somente pessoas naturais, no caso de eventos como estes, torna-se de difícil visualização a atribuição de responsabilidade ao chefe de Estado, eis que conquanto possua o dever de gestão e mando, esbarrar-se-ia na figura do dolo.

Não há como dizer que a inércia estatal se caracterizaria como dolo, embora seja um ato negligente, insere-se somente nas iras da culpa. É certo que a culpa, também poderá ser punida pelo TPI, conforme se evidencia do art. 30 do Estatuto de Roma, mas seria humanamente impossível que toda a estrutura governamental se tornasse onipresente e quantificasse todas as catástrofes ambientais que pudessem acontecer no âmbito nacional.

Aqui, cumpre-nos trazer à lume, o posicionamento adotado por Steiner (2019, p. 2), ex-juíza do Tribunal Penal Internacional, que diz:

No entanto, tais condutas só podem configurar crimes contra a humanidade, de competência do Tribunal Penal Internacional, se os atos delituosos forem cometidos como parte de um ataque sistemático ou generalizado, dirigido contra a população civil, com conhecimento desse ataque.

Assim, da mesma forma como o crime de genocídio exige, para sua configuração, o elemento do dolo específico, o crime contra a humanidade, para assim ser classificado, exige que se demonstre o chamado elemento contextual, ou seja, o contexto em que foi perpetrado. Não é, pois, todo e qualquer ato de assassinato, de transferência forçada de população, de violência sexual, que configura crime contra a humanidade.

Outrossim, a ideia de subsunção do ecocídio aos crimes contra a humanidade, como forma de responsabilizar o Brasil pelos eventos de degradação ambiental expostos alhures, se chocaria, novamente com o dolo, isso porque inobstante os reflexos causados por sua omissão, não há como se olvidar que o objetivo seria a exterminação ou a redução das condições de vida das pessoas diretamente atingidas, eis que aqui o dolo do degradador primário (o que realmente comete o crime) é voltado para o acúmulo de riquezas, não objetivando dizimar a população humana daquela região.

Noutro norte, é de se destacar o entendimento adotado pelo STJ no REsp 1.798.903/RJ(2015/02567234), onde reconheceu-se que para a aplicação interna dos tipos penais descritos no Estatuto de Roma, torna-se indispensável a existência de norma formal, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e da soberania nacional.

Entendemos, com o devido respeito as opiniões contrárias, que a responsabilização do Brasil por sua negligência, com base nos tratados em que faz parte, somente poderia se dar na esfera civil.

Nessa linha, tem-se, por exemplo, o caso *López Ostra v. Espanha*, de 1994, onde a Corte Europeia de Direitos Humanos entendeu pelo dever do Estado de dispor um justo equilíbrio entre as suas medidas e o bem-estar (PIOVESAN; SOARES, 2016).

Assim, embora a maioria dos casos levados aos organismos internacionais, possuam como forma de submissão aos órgãos a conjugação de direitos individuais ou coletivos, com os direitos transindividuais, não há como se descartar que a punição dos agentes na esfera penal internacional, ainda necessita da previsão

expressa de tais crimes dentro do âmbito de competência daquele tribunal, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e da segurança jurídica.

Nesta toada, a busca pela responsabilização civil de tais agentes, demonstra-se como forma de reparação dos efeitos causados por tais intervenções desenfreadas. Todavia, como meio de visualizarmos essa possibilidade, imperioso analisarmos a competência de alguns organismos internacionais para tanto, o que fazemos a seguir.

7 DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVERSAS AMBIENTAIS INTERNACIONAIS

I) Corte Internacional de Justiça

Criada em 1945, a Corte Internacional de Justiça, possui competência ampla, para dirimir os conflitos instaurados pelos Estados membros das Nações Unidas, quer ou não previstos na Carta das Nações, conforme art. 36 do Estatuto da CIJ.

Dessa forma, tendo em vista não possuir competência exaustiva, entendemos como perfeitamente cabível a instauração de procedimentos perante a CIJ para dirimir controvérsias ambientais, especialmente quando os efeitos das degradações ambientais transpassarem a fronteira do Estado de sua ocorrência.

Ressalte-se, porquanto a maioria dos tratados em matéria ambiental não disponha acerca da forma de penalização àqueles que os descumpram, face a possibilidade da conjugação de princípios internacionais e a interpretação de tratados pela Corte, sua atuação se torna legítima para dirimir o conflito, necessitando, para tanto, de provocação.

II) Corte Interamericana de Direitos Humanos

Instituída pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 1969, a Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência para processar e julgar todos os casos que acarretem à violação dos direitos humanos protegidos por aquela convenção.

Em se tratando de matéria ambiental, há diversos casos que poderão servir como base para a definição da competência da Corte Interamericana, como por exemplo, os casos apreciados pela Corte Europeia de Direitos Humanos, tais como, o caso *López Ostra v. Espanha*, de 1994, o caso *Powell e Rayner v. Reino Unido*, de 1990, o caso de *Anna Maria Guerra e outros v. Itália*, dentre outros, que servem de exemplo para a aplicação analógica perante a OEA.

A particularidade inerente aos casos analisados pela Corte Europeia, é que todos buscavam a conjugação de direitos individuais ou coletivos, como forma de se atribuir competência àquele órgão jurisdicional.

Por derradeiro, levando em consideração as atribuições da OEA, bem como as matérias de sua competência, pode-se inferir que a defesa e solução de controvérsias ambientais no bojo daquela Corte, se mostram possíveis, por ora, quando houver a conjugação dos direitos transindividuais com os individuais ou coletivos.

Dessa forma, pela análise dos casos já apresentados à Corte Europeia, evidencia-se, por extensão, que conquanto o TPI, por ora, não possua competência para julgar o crime de ecocídio, a Corte Interamericana demonstra-se como mecanismo internacional apto à solucionar as controvérsias internacionais ambientais, bem assim como meio de se buscar a reparação civil dos danos causados pelos agentes degradadores.

8 CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho foi possível inferir, que conquanto existam direitos que são individuais e coletivos, a um só tempo, qualificados como direitos transnacionais, há certa dificuldade em reconhecê-los e protegê-los no ambiente internacional. Todavia, mormente exista tal bloqueio, alguns mecanismos de solução de controvérsias internacionais, demonstram-se compatíveis para a perquirição da tutela dos direitos ambientais.

Outrossim, abordamos especificamente acerca da incompetência, por ora, do TPI para processar e julgar o crime de ecocídio, pois como vimos, o tribunal se esbarraria em diversos princípios e regras inerentes à competência daquele Tribunal.

Ademais, foi possível constatar que a forma em que se tem encontrado de levar à discussão a violação de direitos transindividuais, tem se dado por meio da conjugação de direitos individuais e coletivos, como método de busca da salvaguarda daqueles direitos.

Ante o exposto, evidencia-se que se torna imperioso que as decisões dos tribunais possuam como norte os efeitos transfronteiriços dos direitos ambientais, bem assim, que seja reconhecido como ramo de direito autônomo e carente de tutela específica.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

AZEVEDO, Ana Lucia. Entenda por que a Amazônia mobiliza o mundo. **Sociedade**. Rio de Janeiro: O Globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-por-que-amazonia-mobiliza-mundo-23902424>. Acesso em: 04 out. 2019.

BATISTA, Vanessa Gama Pacheco. **A morte do Rio Doce, estados de Minas Gerais e Espírito Santo, como ecocídio brasileiro na nova concepção de crime internacional contra a humanidade: utopia ou realidade?** 2018. 62 p. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gti.uniceub.br/pic/article/viewFile/5786/4049>. Acesso em 04 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica. Rio de Janeiro-RJ, 1992. **Portal da legislação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em: 04 out. 2019a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulga a Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 04 out. 2019b

BRASIL. **Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002**. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Roma, 1998. Brasília, DF, Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em 04 out. 2019c.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). São José, 1969. Brasília, DF, Presidência da República, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 04 out. 2019d.

BRASIL. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945.** Promulga a Carta das Nações Unidas. São Francisco, 1945. Brasília, DF, Presidência da República, 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm. Acesso em: 04 out. 2019e.

BRASIL. **Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002.** Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília, DF, Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm. Acesso em: 04 out. 2019f.

ESTOCOLMO. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** In: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

GARCIA, Marcos Leite. Novos direitos fundamentais e demandas transnacionais. In: Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 19. 2010, Fortaleza.

Anais[...]. Fortaleza: CONPEDI, 2010. p. 6735 ss. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3681.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

G1. Há 3 anos, rompimento de barragem de Mariana causou maior desastre ambiental do país e matou 19 pessoas. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>. Acesso em 04 out. 2019.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDONÇA, Gustavo Henrique. Queimadas no Pantanal. **Mundo da educação.** São Paulo: Uol, 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/queimadas-no-pantanal.htm#:~:text=Segundo%20o%20Instituto%20Nacional%20de,2020%2C%20foram%20registrados%2014.489%20focos>. Acesso em: 15 out. 2020.

MINAS, G1. Barragem da Vale se rompe em Brumadinho, MG. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/bombeiros-e-defesa-civil-sao-mobilizados-para-chamada-de-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-na-grande-bh.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2019.

MULTITERNO, Thais; STOHRER, Camila Monteiro dos Santos. O dano ambiental de grande proporção como ecocídio e a possibilidade de punição pelo Tribunal Penal Internacional. **Revista eletrônica Ponto de Vista Jurídico da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP**, Caçador, v. 7, n. 2, p. 34-49, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uniarp.edu.br/juridico/issue/view/71>. Acesso em: 04 out. 2019.

PRÓCOPIO, Michael. Classificação dos crimes no direito penal: resumo completo. In: **Concursos Públicos**. São Paulo: Estratégia Concursos, 2018. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/classificacao-dos-crimes/>. Acesso em: 04 out. 2019.

PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado Soares. **Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Jurisprudência do STF**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2016.

RODRIGUES, Marcelo Abelha; LENZA, Pedro. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SCHLICKMANN, Flávio. **A responsabilidade penal nos crimes ambientais: uma análise sobre as formas de tutela e a possibilidade de utilização do tribunal penal internacional como órgão de punição para os crimes ambientais transnacionais**. 2015. Tese (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-FI%C3%A1vio-Schlickmann.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 32. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

STEINER, Sylvia. Não existe crime de ecocídio no Tribunal Penal Internacional. **Opinião**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-29/sylvia-steiner-nao-existe-crime-ecocido-tribunal-penal-internacional>. Acesso em: 04 out. 2019.